



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais – FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

NICOLE TAVARES MACHADO GARCIA

**EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAIS DE MULHERES POR SOLDADOS DE PAZ
DURANTE MISSÕES DA ONU: um estudo crítico**

**BRASÍLIA
2019**

NICOLE TAVARES MACHADO GARCIA

**EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAIS DE MULHERES POR SOLDADOS DE PAZ
DURANTE MISSÕES DA ONU: um estudo crítico**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - (FAJS) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Fernanda Luíza S. de Medeiros

BRASÍLIA

2019

NICOLE TAVARES MACHADO GARCIA

**EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAIS DE MULHERES POR SOLDADOS DE PAZ
DURANTE MISSÕES DA ONU: um estudo crítico**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - (FAJS) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

BRASÍLIA, ____ DE _____ DE 2019

BANCA EXAMINADORA

**Professora Fernanda Luíza S. de Medeiros
(Orientadora)**

Professor(a) Avaliador(a)

EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAIS DE MULHERES POR SOLDADOS DE PAZ DURANTE MISSÕES DA ONU: UM ESTUDO CRÍTICO

Nicole Tavares Machado Garcia

Resumo: O presente artigo pretende abordar sobre a exploração e abuso sexuais (EAS) de mulheres por soldados de paz durante missões da ONU, iluminando tal temática. A violação dos direitos e dos próprios corpos de mulheres tem raízes profundas que datam do patriarcalismo e da subordinação da mulher para com o homem. Esta criação de papéis sociais tanto masculinos, quanto femininos, reproduz um sistema que subjuga mulheres e possibilita a perpetração de EAS, além do que gera e replica a hiper masculinização de homens, devendo estes serem fortes, agressivos, dominadores e racionais. Aliandando-se a impunibilidade quase generalizada de perpetradores aos argumentos supracitados, compreende-se como a ONU não foi capaz de solucionar tal problema. Com isso, a fim de esclarecer as questões inerentes à problemática, dissertar-se-á sobre o papel da MONUC/MONUSCO para tornar público e reconhecido tal problema. Em seguida, apresentar-se-ão os motivos pelos quais EAS ocorrem, assim como as medidas encabeçadas pela organização para mitigar estes atos. Finalmente, apontar-se-ão as razões para o insucesso da instituição em sanar a problemática.

Palavras-chave: Exploração e abuso sexuais. EAS. ONU. Soldados de paz. Missões de paz. Mulheres. Homens. Masculinidade. Feminilidade. Igualdade de gênero. Estereótipos.

1 INTRODUÇÃO

O problema da violação dos direitos das mulheres é uma temática de extrema importância no âmbito social, visto que ilumina a enorme distância existente entre a igualdade de homens e mulheres, além de ser uma questão com implicações explícitas na vida das vítimas de tais abusos. Um total de 275 mulheres foram vítimas de exploração e abuso sexuais (EAS) na missão de paz da missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC/MONUSCO), entre os anos de 2007 e 2012. Nos anos de 2007 a 2009, a quantidade de alegações de EAS ficaram em torno de 50 a 60 cometidas pelos contingentes militares, sendo os maiores valores observados no período entre 2007 e 2013, havendo sido reportadas

quantidades consideráveis acerca do contingente policial também (BEARDSLEY; KARIM, 2016). Tais violações aconteceram em forma de estupros, transação comercial e trocas por alimentos e/ou segurança.

Tendo em vista o quão recente foi a legitimação e reconhecimento de tal problema pela Organização das Nações Unidas (ONU), somente em 2003 (com dados sobre EAS sendo recolhidos somente em 2006), faz-se deveras relevante abordar tal temática, posto que “a exploração sexual e abuso (EAS) de civis por soldados de paz internacionais é uma forma de violência pós-conflito que é perniciosa e pouco estudada, mas longe de ser inevitável” (MONCRIEF, 2017, p. 1). Além disso, somente em 2015, a ONU começou a divulgar quais

foram os soldados de paz envolvidos em exploração e abuso sexuais (EAS) durante missões de paz da organização e a quais tropas (TCC) pertencem, fato que corrobora o quão defasados os mecanismos de mitigação da problemática se encontram, uma vez que tal prerrogativa, tão recente, foi adotada como forma de pressionar e envergonhar países a investigar e processar perpetradores, o que serve para atestar que Estados raramente procuram punir soldados que cometam tais crimes (MONCRIEF, 2017).

Como mulher, tratar de uma temática tão relevante e que afeta diretamente a vida de milhares de mulheres se faz fundamental. Almejar-se iluminar as questões relativas a tal problema ilustra a importância de se alcançar a igualdade entre indivíduos. Como uma instituição que preza pelos direitos humanos e pactua que os direitos inalienáveis devem ser garantidos a todos os seres humanos independente de classe, sexo, etnia, preferência religiosa, entre outros, conforme exposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos da organização, tal deve compreender e reconhecer as falhas de sua estrutura e a urgência inegável que a problemática em voga denota.

Destarte, o presente artigo objetiva analisar, a partir de uma revisão sistemática das literaturas acadêmicas, o porquê a ONU ainda não foi capaz de sanar o problema da exploração e abuso sexuais de mulheres durante missões de paz da organização, visto que a problemática é causada devido à misoginia e machismos enraizados na sociedade. Para tanto apresentar-se-á um breve histórico da missão de paz na República Democrática do Congo e seu papel para impulsionar e tornar conhecida tal problemática pela sociedade internacional. Em seguida, apontar-se-ão, de uma perspectiva teórica, as razões para o acontecimento de abuso e exploração sexuais de mulheres, assim como as medidas empreendidas pelas Nações Unidas para se tentar mitigar este problema. Por fim, salientar-se e demonstrar-se-ão os motivos pelos

quais a organização ainda não foi capaz de solucionar a questão em voga, ilustrando melhor as diversas facetas que a problemática apresenta e o quão delicada se afigura.

2 MONUC/MONUSCO: contextualização histórica e revelação sobre a exploração e abuso sexuais por soldados de paz

Quando se pretende falar sobre violações dos direitos das mulheres por soldados de paz durante missões da ONU, faz-se necessário apresentar o contexto histórico no qual tais revelações de má conduta foram divulgadas. Para tanto, deve-se voltar o olhar para a missão que proporcionou tal descoberta e foi responsável pelo maior índice de abusos perpetrados por soldados de paz e na qual são observados, até os dias de hoje, mais e mais casos de violação dos direitos humanos, principalmente entre mulheres e crianças: a MONUC/MONUSCO.

Estabelecida em 30 de novembro de 1999, pela Resolução nº 1.279 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a MONUC foi a primeira missão de paz na República Democrática do Congo, antigo Zaire, e segunda missão de paz na região, sendo a primeira denominada ONUC de 1960-1964. Inicialmente, ela foi formulada com o objetivo de salvaguardar o cessar-fogo de julho de 1999, o chamado Acordo de Cessar-Fogo de Lusaka, assim como o desengajamento das forças e a manutenção do elo entre todas as partes-membro do mesmo acordo (UN. MONUSCO, Background, s.d). O Acordo de Cessar-Fogo, assinado entre a República Democrática do Congo (RDC), Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbábue, deveu-se pela guerra civil instaurada na RDC em 1996 que posteriormente veio a gerar a Segunda Guerra do Congo, ou como ficou conhecida internacionalmente, a Primeira Guerra Mundial da África, uma das piores guerras observadas desde a II Guerra Mundial (BALDO et al, 2008).

A guerra civil no Congo se sucedeu devido à insurreição liderada por Laurent Désiré Kabila, líder do grupo/milícia Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDL), a fim de derrubar o presidente do governo à época Mobutu Sese Seko. Com o apoio de Ruanda e Uganda, a AFDL, sob liderança de Kabila, tomou a capital, Kinshasa, em 1997 e com isso o poder, acarretando na fuga de Mobutu do país e dando fim à “guerra de libertação” ou Primeira Guerra do Congo. Ao final da guerra civil congolesa de 1996-1997, o atual presidente do regime, Laurent Désiré Kabila, tentou se desvencilhar da influência de seus aliados ruandenses e ugandenses, devido ao medo de uma possível ocupação de parte do território da RDC que era rica em minério, ordenando a saída dos contingentes militares dos dois países do território congolês. Tal fato fez com que as forças de Ruanda e Uganda dessem

apoio a grupos rebeldes contrários ao governo do então presidente Kabila e que tinham a intenção de derrubá-lo do poder. E, com isso, provocou-se o início da “guerra de ocupação” de 1998-2002 entre Ruanda, Uganda e milícias contrárias a Kabila e Zimbábue, Namíbia, Angola e RDC de Kabila (ABOUT DRC, s.d; BALDO et al, 2008; MELO, 2010).

Os interesses de Ruanda e Uganda no Congo vão muito além da exploração das riquezas do país e tem raízes profundas históricas. Elas remontam ao massacre de 1994 de Ruanda, no qual 800 mil Tutsis e Hutus moderados foram mortos. Depois do massacre, milhares de refugiados se voltaram ao Congo e, com a eleição de um governo Tutsi em Ruanda, 2 milhões de Hutus procuraram refúgio na RDC, entre eles se encontravam alguns dos perpetradores do massacre de 1994. Tendo-se em vista tais fatos, Ruanda e Uganda formaram uma aliança em apoio a Laurent Kabila e, durante a guerra civil do Congo de 1996-1997, foram à procura dos Hutus refugiados no país e os executaram (ABOUT DRC, s.d). Dessa forma, compreende-se que os interesses dos dois países datam de muitos anos e de uma rivalidade étnica entre os Hutus e Tutsis, e devido a isto e seu interesse no leste congolês, propiciou motivo para uma guerra de Ruanda e Uganda contra o Congo e seus aliados.

Dentro do complexo e conturbado contexto histórico e étnico da República Democrática do Congo e de seus países vizinhos foi que a MONUC se inseriu. Desde sua instituição em 1999, a operação de paz empreendeu esforços para salvaguardar a paz e os direitos humanos e manter a estabilidade na região. Para tanto, a missão atuou na facilitação da assistência humanitária e monitoramento dos direitos humanos contra violações e abusos, dedicando-se maior atenção aos grupos mais vulneráveis da população; na desmobilização de soldados-criança; na resolução dos conflitos ainda existentes em inúmeras províncias da RDC; na implementação de múltiplas tarefas políticas, militares, de capacitação e tarefas relacionadas a normas e direitos fundamentais e na primeira eleição livre e justa em 46 anos no país, celebrada em 30 de julho de 2006, entre outras atitudes (MELO, 2010; UN. MONUSCO, Background, s.d).

Em se tratando de violações dos direitos humanos, a MONUC conduziu diversas investigações acerca da prática sistemática de atos tais como estupros em massa, de intimidação e detenções arbitrárias, tendo a prática desses abusos se tornado corriqueira tanto entre as milícias armadas quanto entre membros do governo. A partir de massacres em cidades como Kisangani e Ituri, refletiu-se a situação de insegurança e instabilidade na RDC, principalmente em áreas sob controle de grupos rebeldes, que demonstravam a necessidade e importância da atuação da missão de paz na região (MELO, 2010).

Com a renomeação da MONUC, a MONUSCO foi instaurada na RDC, a partir da resolução nº 1.925 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) em 1º de julho de 2010, sendo responsável pela nova fase a qual o país alcançou. Dentro dessa nova fase da missão de paz no Congo, a MONUSCO foi responsável pela proteção de civis, do contingente de ajuda humanitária, dos defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente e pelo suporte ao governo da RDC em seus esforços de estabilização e consolidação, demonstrando-se os novos objetivos e etapas a serem atingidas com a renovação e reformulação da missão (UN. MONUSCO, Background, s.d).

Entretanto, não só atitudes denominadas heroicas e ajuda humanitária foram observadas no decorrer da MONUC/MONUSCO, mas também atitudes completamente imorais de conduta por parte de seus contingentes pessoais, como o próprio Secretário-Geral da ONU à época, Kofi Annan, declarou (BBC NEWS, 2006). Em 2003, vieram à tona alegações de casos de abuso e exploração de mulheres e crianças por *peacekeepers*, soldados de paz, que foram veiculados pela mídia à época. O jornal americano; *The New York Times*, assim como o britânico, *BBC News*, divulgaram através de inúmeras matérias a existência de abusos e exploração sexuais por soldados de paz durante a MONUC, além de outras missões da ONU. Em 2004, a *BBC News* e o *The New York Times* lançaram uma matéria em seus respectivos jornais que abordava o reconhecimento por parte do então Secretário-Geral da ONU das violações cometidas pelos contingentes pessoais da ONU. Nela, Kofi Annan afirma ter posse de evidências claras de que existiram violações e de relatórios sobre exploração e abuso sexuais (EAS) de mulheres e crianças por parte de soldados da organização, e seu porta-voz, Fred Eckhard, informou que 70 alegações foram feitas contra soldados de paz na missão no Congo, das quais 20 já haviam sido avaliadas como sendo pertinentes (HOGE, 2004; BBC NEWS, 2004).

Thaddeus Hoffmeister (2004), em matéria publicada no *The New York Times*, aborda sobre a existência de alegações de violações de mesma natureza em missões no Burundi, Bósnia, Camboja, Timor Leste, Etiópia, Libéria, Kosovo e Sierra Leoa, além de apontar que até aquela data já haviam cerca de 150 alegações concernentes à missão na RDC. Em seu texto, Hoffmeister (2004) disserta sobre a impossibilidade de punição de crimes cometidos por soldados de paz pelas autoridades locais, uma vez que somente os países os quais tais soldados pertencem tem a jurisdição e autoridade para julgá-los criminalmente, esvaindo-se as chances das vítimas procurarem justiça contra os crimes cometidos. Em última instância, o jornalista deduz que as respostas para tais punições devem se encontrar dentro da própria instituição. Marc Lacey (2004), outro jornalista do *The New York Times*, redigiu uma notícia na qual ele entrevista crianças no Congo que foram estupradas e prostituídas por soldados de paz. Nela, ele

informa que crianças de 12 e 13 anos de idade foram levadas a se aproximar dos soldados de paz, pois eles as ofertaram um biscoito e um jarro de leite, alimentos caros e de difícil acesso dentro dos campos de refugiados, enquanto caminhavam e vendiam sua cesta de frutas em Bunia, no Congo. Quando tais crianças se aproximaram deles foram levadas para dentro das tendas ou barracas dos soldados e sexualmente abusadas, e assim que o assédio viu seu fim os soldados lhe entregaram um dólar. Na mesma matéria, jovens de 14 e 15 anos também foram entrevistadas por serem pagas para ter relações sexuais com soldados de paz.

Em decorrência de tais fatos, em 2003, o Secretariado da ONU emitiu um boletim no qual versava-se sobre medidas especiais contra o abuso e exploração sexuais. Nele se dissertou sobre a proibição de tais condutas e se definiu os significados das expressões abuso sexual e exploração sexual, que para os propósitos do boletim foram definidos como sendo "a factual ou ameaça de intrusão física de natureza sexual, seja por força ou sob condições desiguais ou de coerção" e "todo real abuso ou tentativa de abuso de uma posição de vulnerabilidade, diferença de poder ou confiança, com fins sexuais, incluindo, mas não limitado, ao ganho monetário, social ou político a partir da exploração sexual de outrem", respectivamente (UN. Secretary-General's Bulletin, ST/SGB/2003/13).

Nos anos seguintes, diversas matérias como as previamente citadas foram veiculadas. Em 2005, o jornal *The Washington Post* emitiu uma matéria sobre novas acusações de EAS no Burundi, Libéria, Haiti e Congo, e em 2006, o mesmo jornal divulgou uma matéria sobre a quantidade de civis que haviam sido dispensados de seus postos e de soldados de paz repatriados, sendo alguns desses soldados nacionais do Nepal, Uruguai, Nigéria, Senegal, Etiópia, Togo, Gana, Índia, Níger, África do Sul e França. O jornal *The New York Times* emitiu matérias à época sobre pesquisas mostrando uma quantidade extensiva de abusos de crianças refugiadas na África, o descrédito da ONU quando alegações de abuso e exploração sexuais vieram à tona, tornando-se um dos piores escândalos da organização, além de notícias sobre o medo e ameaças que investigadores e vítimas sofrem devido às alegações de violações de direitos humanos (CROSSETTE, 2002; HOGE, 2004; THE NEW YORK TIMES, 2004).

Após tais alegações e notícias veiculadas pelas mídias internacionais, Kofi Annan reiterou e reforçou sua política de "tolerância zero" a exploração e abuso sexuais (EAS) e quaisquer violações aos direitos humanos, uma vez que crimes como estupro, pedofilia e tráfico humano foram reportados (BBC NEWS, 2006). Em 2005, foi lançado o Relatório Zeid, o qual abordava sobre as condutas devastadoras que haviam vindo à luz. Nele se dissertou sobre a banalidade na qual o abuso e exploração de mulheres tinha significância nos países receptores de missões de paz, que infelizmente não vinham a ser nenhuma novidade sua ocorrência, além de novas

formas de se evitar a observação da recorrência dessas violações como o reforço da política de 'tolerância zero', o banimento de qualquer tipo de contato sexual entre os contingentes da ONU e os moradores locais, a importância dos países em punir seus soldados transgressores e até mesmo com a instituição de um tribunal nas localidades das missões para julgar e averiguar as provas e perícias das violações (BOWCOTT, 2005). Subsequentemente a tal relatório, como veiculado pela matéria do jornal *BBC NEWS*, estabeleceu-se um embargo sexual a todo o contingente pessoal das missões de paz da ONU, na qual instituía uma política de não-fraternização, banindo soldados de paz de se relacionar sexualmente com os nacionais dos países (BBC NEWS, 2005).

Dessa forma, percebe-se a importância que a MONUC/MONUSCO teve para o processo de revelação e epifania do problema de EAS ocorridos ao longo da história e que eram vistos como cotidianos ou justificados com a máxima de que "garotos serão garotos" (BORGER, 2005). A partir da veiculação de tais más condutas pela mídia, sendo um período bem difícil e vergonhoso da história das missões de paz da ONU, é que se pôde dar a devida notoriedade à gravidade de tal problemática e que novas medidas e reformas das missões de paz condizentes com os acontecimentos puderam ser implementadas.

3 COMPREENDENDO A TEMÁTICA A PARTIR DAS TEORIAS FEMINISTAS DE RI

Como exposto acima, o tema da violação dos direitos das mulheres, mais especificamente da exploração e abuso sexual delas por soldados de paz durante missões da ONU, e dos tópicos que tal tema suscita, foi em grande parte iluminado pelos acontecimentos na missão de paz MONUC. No entanto, a compreensão dos porquês de tais fatos ocorrerem ainda é nebulosa. Com isso, as teorias feministas de Relações Internacionais (RI) proporcionam esclarecimentos para a ocorrência desse fenômeno, mesmo que não universais, uma vez que outros ramos das teorias de RI apresentam explicações divergentes e oposição a tais elucidações.

Segundo o primeiro ramo da teoria feminista liberal, a mulher sempre esteve excluída do campo de RI e do cenário internacional, não sendo cotada como nem mesmo efetivamente sendo um agente do sistema internacional. Para ela, a inserção da mulher no cenário internacional a partir de uma maior presença de mulheres em cargos de poder ou cargos que normalmente eram majoritariamente ocupados por homens se faz imperativa (WHITWORTH,

1997). Segundo Ellerby, é a partir dessa participação que se verá uma melhora na desigualdade de gênero e propulsão da equidade entre homens e mulheres no mundo (ELLERBY, 2017).

Quando se fala em desigualdade de gênero se faz necessário entender um conceito que é tão primordial para a compreensão do que na realidade vem a ser essa desigualdade: o conceito de gênero. Kara Ellerby (2017) em seu texto traz tal conceito, definindo-o como “os comportamentos e estruturas socialmente constituídos e hierarquizados, organizados via práticas de masculinidades e feminilidades” (ELLERBY, 2017, p. 9). Segundo o *Cambridge Dictionary*, gênero seria “a condição física ou social de se ser homem ou mulher”, distinguindo-se da definição de sexo que seria “o estado de ser ou homem ou mulher” (CAMBRIDGE DICTIONARY, s.d.). Tal conceituação é de grande relevância para se entender desigualdade de gênero, que seria justamente as diferenças/desequilíbrios existentes entre a condição física ou social de se ser um homem ou uma mulher. Dessa forma, tais desequilíbrios que geram a desigualdade decorrem dos diferentes comportamentos e estruturas que são socialmente criadas e organizadas tendo-se em vista as práticas decorrentes do que são masculinidades e feminilidades; de outra forma, desigualdade de gênero seria tudo aquilo que diferencia, prejudica ou incita preconceito entre mulheres e homens, seriam as diferenças intrínsecas e associadas a cada prática masculina ou feminina que propiciam a subjugação ou inferioridade de um para com o outro, seja em termos sociais, físicos ou psicológicos. Com isso, entende-se que exemplos dessa desigualdade sejam a diferença salarial, de tratamento, de respeito, de autoridade, de capacidade, etc., que se tem pelo simples fato de uma pessoa possuir, apresentar ou praticar características de masculinidade ou feminilidade.

Tal conceito observado na sociedade pode ser também visualizado na problemática estudada e auxiliador para se compreender o motivo pelo qual ela existe. Analisando-se os fatos ocorridos, abuso e exploração sexuais, depreende-se que tais ocorrem devido à subjugação da mulher para com o homem, uma vez que as características de masculinidade são “superiores”, ou assim vistas, a de feminilidade (SJOBERG; VIA, 2010). Dessa forma, a desigualdade de gênero que acontece devido à suposta superioridade de masculinidades sobre feminilidades proporciona que indivíduos que apresentam essas características, seja comportamentais ou estruturais, venham a ser subjugados à classe em “superioridade”. Assim, as teóricas feministas liberais defendem que a inserção da mulher no sistema internacional, através da ocupação de cargos antes tidos como masculinos ou de sua inserção no meio que era majoritariamente ocupado por homens, sanaria o problema da desigualdade de gênero e conseqüentemente do problema do abuso e exploração de mulheres por soldados de paz, uma vez que este é conseqüência do outro.

Para a vertente feminista crítica das RI e o segundo ramo dentro da teoria feminista liberal, a mera inserção das mulheres no sistema internacional ou agência como atores desse sistema não seria a solução para a problemática. De acordo com essa perspectiva da teoria feminista liberal, as mulheres sempre fizeram parte do sistema internacional e nele estiveram inseridas, porém sem ganhar o devido crédito por sua participação ou serem reconhecidas, prevendo-se comportamentos e ações efetivadas a partir de uma perspectiva masculina que exclui ou desvaloriza as contribuições femininas para o campo e sistema internacional (ENLOE, 2014; WHITWORTH, 1997). Como a estrutura de tal sistema é socialmente construída e, com isso, dissemina as características do grupo no poder, no caso os homens, não seria possível solucionar o problema da subjugação e desigualdade de gênero pela simples inserção da mulher no sistema internacional, uma vez que esta já se encontra presente e atuante no sistema, porém invisível (ELLERBY, 2017).

Analisando-se a teoria feminista crítica, nota-se como tal procura quebrar com as ideologias criadas e estereótipos engendrados na sociedade (WHITWORTH, 1997), visto que tais conceitos são criados socialmente e servem para estipular como seriam as características e atitudes de cada ser, alocando cada qual a suas respectivas “caixas conceituais”. Essas “caixas” seriam correspondentes a cada conceito social criado, tendo-se uma para o que viria a ser “ser uma mulher”, outra em consonância do que viria a ser “ser um homem”, outra do que seria o termo masculino ou feminino, do que seria masculinidade ou feminilidade e assim por diante para cada aspecto da vida social. Dependendo das características ou estruturas de cada pessoa estas são alocadas à suas respectivas “caixas conceituais”, devendo-se seguir e nunca desviar dos conceitos pré-estabelecidos em cada uma delas. Desse modo, a teoria feminista crítica pretende quebrar esses conceitos presentes em cada “caixa” para que aqueles que desviem aos padrões prescritos não sejam marginalizados e para que a partir disso as subjugações observadas entre conceitos e pessoas pertencentes a essas “caixas conceituais” ditas inferiores deixem de existir.

Com a quebra de tais conceitos, a teoria feminista crítica consegue enxergar diferentemente os processos sociais, de como a participação da mulher deveria ser inserida, desfazendo-se estereótipos enraizados na sociedade e propiciando, com isso, espaço para que novas formas de inserção de homens e mulheres no cenário político sejam efetivadas, assim como novas formas de protagonismo no sistema internacional por parte de seus agentes sejam vistas. Sendo assim, a teoria feminista crítica procura demonstrar como as atitudes permeadas e constatadas na história são fruto dessa estereotipização, a partir da análise histórica dos fatos e também de construção de hipóteses de como mulheres ou homens participariam do cenário

internacional se tais conceitos fossem quebrados (WHITWORTH, 1997). Desse modo, nota-se que tal teoria pretende desfazer conceitos como de masculinidade e feminilidade. Laura Sjoberg e Sandra Via (2010) apresentam em sua obra as características tradicionalmente associadas a esses conceitos, no caso de masculinidade seriam força, proteção, racionalidade, agressividade, vida pública, domínio e liderança, já para feminilidade seriam fraqueza, vulnerabilidade, emoção, passividade, privacidade, submissão e cuidadora (SJOBERG; VIA, 2010, p. 3). Destarte, a teoria feminista crítica pretende revogar tais características associadas a esses conceitos, ademais outros conceitos como o de gênero que se confunde com o conceito de sexo quando se entende por gênero a distinção biológica entre homens e mulheres, sendo esses masculinos e estas femininas, visto que tal diferença já fora demonstrada anteriormente com suas respectivas definições pelo *Cambridge Dictionary*.

Em se tratando dos papéis da mulher e do homem criados na sociedade, e tendo-se em vista as características tradicionalmente associadas a esses conceitos supracitados, percebe-se como os soldados de paz se encaixam em suas respectivas “caixas conceituais”. ‘Como estes homens’ são masculinos, apresentam as características típicas da masculinidade: agressividade, domínio, força. Logo, atitudes como as presenciadas no caso da missão de paz MONUC, e diversas outras, como o abuso e exploração sexuais de mulheres são explicadas e vão de encontro com as características que homens deveriam apresentar. Por serem fortes, agressivos e dominadores, eles têm a capacidade e justificativa para perpetrar tais atos sem fugir aos atributos que lhes são impostos. Da mesma forma, mulheres são femininas e como tal apresentam feminilidades como vulnerabilidade, submissão, fraqueza, passividade, todas características que corroboram o porquê de elas serem as vítimas de tais abusos e explorações.

Segundo essas dicotomias apresentadas - força/fraqueza, domínio/submissão, agressividade/passividade, racionalidade/emoção - entre mulher e homem, feminilidade e masculinidade, justifica-se o acontecimento da problemática em voga. Elas auxiliam e ampliam o entendimento da ocorrência do problema estudado quando se percebe que, ao contrário do que se poderia pensar ou esperar, elas não são equivalentes nem muito menos neutras em seus valores, visto que características associadas com masculinidade são valorizadas sobre as de feminilidade no cotidiano social e político mundo afora. Características femininas ou a sua atribuição a outrem tem em sua grande maioria a finalidade de submeter, ridicularizar e diminuir aqueles que são apontados como possuidores delas, demonstrando-se, dessa forma, a clara hierarquia construída em cima desses conceitos e valores pela sociedade (SJOBERG; VIA, 2010).

Uma vez que essa hierarquia existe e é aplicada no cotidiano da vida, depreende-se o motivo e a motivação para a efetivação de atos de abuso e exploração sexuais de mulheres, pois como homens que apresentam características masculinas, em que caso contrário seriam ridicularizados e debochados, os soldados de paz exercem seu domínio e força sobre mulheres que são frágeis e submissas a partir das práticas visualizadas nas missões de paz da ONU e em foco no presente estudo, corroborando-as.

Assim, entende-se como as teorias feministas de Relações Internacionais proporcionam amparo para se compreender o porquê de tais fatos ocorrerem ou do simples motivo pelo qual se observam atitudes de violência e submissão de mulheres para com homens, enquanto estes são tidos como superiores e características femininas são utilizadas como meio de denegrir pessoas.

4 MEDIDAS TOMADAS PARA SOLUCIONAR A PROBLEMÁTICA SOB ANÁLISE

No decorrer deste artigo, percebeu-se que a prática de EAS por soldados de paz se tornou algo tão preocupante e endêmico que veículos internacionais dissertaram copiosamente sobre o fato que ainda é percebido e reportado até os dias atuais. No entanto, embora a missão de paz na República Democrática do Congo foi e continua sendo uma das missões com maior número de incidências de EAS, não somente na MONUSCO se pode observar casos de exploração e abuso sexuais. Diversas outras missões da ONU apresentaram uma elevada quantidade de alegações de EAS, tais como a missão de paz na República Centro Africana, (MINUSCA), missão para estabilização do Mali (MINUSMA); missão para estabilização do Haiti (MINUSTAH), missão de paz na Libéria (UNMIL), missão de paz no Sudão do Sul (UNMISS), missão de paz na Costa do Marfim (UNOCI), entre diversas outras (CONDUCT IN FIELD MISSIONS. Sexual Exploitation and Abuse, s.d).

Ao longo dos anos, a partir da conscientização e reconhecimento da ocorrência de alegações de EAS durante missões de paz, as Nações Unidas implementaram e redigiram regras, normas, relatórios, resoluções, dentre outros documentos para abordar tal questão. Alguns destes documentos, já previamente citados, foram o boletim emitido pelo Secretariado Geral da ONU em 2003, discorrendo sobre medidas especiais contra o abuso e exploração sexuais, sendo um dos primeiros documentos oficiais da organização a tratar do tema; e o Relatório Zeid de 2005 no qual aborda sobre o problema de EAS, suas ocorrências durante missões, o papel da instituição e como a observância de EAS afetam diretamente a legitimidade da organização e missão de paz, além de dissertar sobre a criação de mecanismos mais

capacitados para reforçar e assegurar a punibilidade dos perpetradores de EAS (UN. General Assembly, A/59/710, 2005; UN. Secretary-General's Bulletin, ST/SGB/2003/13). Ademais destes, as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) 1325 e 2272 de 2000 e 2016, respectivamente, são deveras importantes e marcos de práticas encabeçadas pela instituição para tratar das violações de direitos das mulheres.

Como parte da agenda "*Women, Peace and Security*" da ONU, a resolução 1325 foi um dos primeiros documentos produzidos pelo CNSU no qual se abordava sobre a necessidade de maior inserção da mulher na sociedade internacional e das implicações que os conflitos têm na vida de mulheres e crianças, minorias mais afetadas durante o desenrolar de conflitos. No decorrer de tal resolução, clama-se pela participação e inserção de mulheres em cargos de alto escalão e de tomada de decisão, assim como sua ativa participação durante a realização de missões de *peacebuilding* e *peacekeeping* da organização, sendo agentes ativos - tomadoras de decisão - desse sistema durante o decurso de tais processos. Além desse estímulo para a maior inserção da mulher no cenário internacional, a resolução também roga pela proteção dessas minorias durante missões de paz da instituição, uma vez que elas são vítimas de abusos como estupro, prostituição, entre outros tipos de exploração dessas classes, urgindo o cessar dessas violações. Ponto importante a ser ressaltado sobre o conteúdo da resolução 1325 seria o destaque ao fato de que tal clamor pela inserção das mulheres no sistema internacional não somente se verifica no interior dos setores governamentais dos Estados membros da organização, mas também dos setores existentes em toda esfera das Nações Unidas, alocando-as em cargos encarregados dos processos decisórios (UN. Security Council, S/RES/1325, 2000).

Em se tratando da resolução 2272 do CSNU, tal documento discorre sobre o endosso às medidas de repatriação de unidades militares e policiais que tenham evidências de perpetração desses tipos de violação - sendo o grande marco estipulatório desta resolução - a necessidade de se responsabilizar, investigar e punir perpetradores de tais crimes pela efetiva e contínua ação dos países membros os quais tais perpetradores são nacionais e pela ação da própria instituição em relatar e investigar tais crimes e repassar todos os dados investigatórios ao país membro do qual tal perpetrador pertence. Além destes tópicos, a resolução 2272 felicita os esforços dos países membros no que tange ao treinamento pré-despacho de tropas sobre EAS e urge pela realização de treinamentos intensivos sobre o assunto antes do envio de tais forças. Ela também reforça questões abordadas em outros relatórios e resoluções, ressaltando o quão importante se faz a luta contra tais violações e como a ocorrência de tais fatos mancham

diretamente a imagem da organização e missão em âmbito internacional (UN. Security Council, S/RES/2272, 2016).

Quando se disserta sobre as medidas tomadas pela ONU para mitigar o problema de EAS, faz-se imperativo discorrer sobre os relatórios sobre medidas especiais para a proteção contra exploração e abuso sexuais, redigidos anualmente desde 2004 (CODE BLUE, UN documents, s.d). Um de tais relatórios extensivos, de 2016, discursa sobre a quantidade de alegações e investigações que foram feitas, apresentando gráficos e dados estatísticos que ilustram a problemática de forma mais clara. No que tange às reais providências encabeçadas, a transparência foi apontada como deveras importante para disseminação de conscientização, assim como de medidas tomadas durante investigações e outras ações de responsabilização e punição efetivadas pelos países membros e pela ONU. Outras providências foram a criação de um programa *e-learning* sobre exploração e abuso sexual que terá como alvo todas as categorias de pessoal e será disponibilizado em múltiplas línguas; o aumento das equipes móveis de treinamento e viabilização de materiais de treinamento básicos pré-despacho de tropas atualizados pelo Secretariado, incluindo aulas aprimoradas focadas na exploração e abuso sexual; a expansão de meios para vetar pessoal que apresentem má conduta prévia; certificação pelos países membros de que suas tropas estão prontas para operar, tendo concluído seus treinamentos de acordo com as normas das Nações Unidas; aprimoramento dos mecanismos de recepção de reclamações; reforço das investigações; monitoramento do progresso após relatos de exploração e abuso sexual; promoção de responsabilidade individual e de comando; e promoção de responsabilização criminal (UN. General Assembly, A/70/729, 2016).

Levando-se em conta as formas pelas quais funcionários da ONU, militares ou civis, devem se portar, a organização emitiu um documento intitulado “Dez normas e regras de conduta pessoal para capacetes azuis”. Dentre tais conjuntos de normas estão (1) o comportamento de maneira digna, disciplinada, atenciosa, madura e responsável, demonstrando níveis elevados de integridade e imparcialidade, sem abuso de poder ou mal uso de autoridade; (2) o respeito à cultura, tradição, costumes, práticas e leis locais; (3) o tratamento da população local com respeito, cortesia e consideração, sem solicitação ou aceite de quaisquer honrarias ou remunerações materiais; (4) a não perpetração de atos ditos imorais como abuso ou exploração física, psicológica ou sexual, especialmente para com mulheres e crianças; (5) o respeito e zelo aos direitos humanos; (6) o cuidado e responsabilidade com bens da organização como dinheiro, equipamentos e veículos; (7) a demonstração de cortesia militar a todos envolvidos na missão, sem distinção de patente, gênero ou nacionalidade; (8) o respeito e proteção ao meio ambiente local; (9) o não consumo excessivo de álcool e ou qualquer consumo de drogas ou o

tráficos destas; e (10) o exercício de descrição quando lidando com informações ou assuntos oficiais que possam ser sensíveis à missão. A partir desse documento, tornam-se nítidos os esforços da organização para disseminação da proibição de EAS e das condutas pelas quais todo pessoal despachado para missões estão obrigados (TEN RULES, s.d).

Inúmeros outros documentos foram redigidos pelas instâncias das Nações Unidas ademais dos previamente citados sobre tal temática nos quais apresentam novas maneiras ou medidas a serem implementadas para a prevenção e mitigação da problemática, entre eles alguns que merecem destaque são o relatório do Secretário-Geral sobre os resultados do estudo global sobre a implementação da resolução 1325 de 2015 e o relatório da *Inter-Agency Standing Committee* (IASC) sobre a força-tarefa encarregada da temática de proteção contra exploração e abuso sexuais durante crises humanitárias (UN. Security Council, S/2015/716, 2015; INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE, s.d). Outra medida tomada que vale ser ressaltada foi a criação de um fundo fiduciário de apoio às vítimas de exploração e abuso sexual em março de 2016 (UN. General Assembly, A/71/97, 2016).

No entanto, a maioria destes documentos e medidas não é de conhecimento da sociedade civil, especialmente dos nativos dos Estados que estão recebendo missões de paz. Talvez a única providência mais bem difundida das Nações Unidas seria a política de tolerância zero da organização. Tal política sempre esteve presente nas regras e regulamentos dos funcionários da Nações Unidas e foi reforçada pelo boletim ST/SGB/2003/13 do Secretariado Geral da ONU de 2003. Neles estão contidas a proibição formal de quaisquer atos de exploração e abuso sexuais de pessoas, principalmente das minorias mais afetadas em conflitos: mulheres e crianças. A política de tolerância zero nada mais é do que a condenação e proibição de quaisquer atos de EAS, atividade sexual com menores de 18 anos e relacionamentos de natureza sexual com pessoas beneficiadas pela assistência humanitária, considerando-os como inaceitáveis, refletores de má conduta e em desacordo com as normas estabelecidas e sustentadas pela organização. Além destes, a política de tolerância zero, redigida no boletim em questão, também atribui e estipula certas obrigações como reportar quaisquer suspeitas de perpetração desses crimes, criar e manter um ambiente que previne a realização de EAS, assim como responsabilidades e obrigações dos chefes de departamento, escritório e missões para com seu pessoal (UN. Secretary-General's Bulletin, ST/SGB/2003/13).

Uma vez postas sob o espectro da análise, tais medidas implementadas pelas Nações Unidas ainda são insuficientes ou ineficazes para lidar com EAS. Algumas das incongruências e falhas nas medidas encabeçadas pela instituição para mitigar tal problema seriam o déficit dos mecanismos de denúncia das vítimas de EAS cometidos por soldados de paz, o entendimento

de que EAS são em sua maioria uma infeliz consequência de conflitos e que normalmente tendem a continuar em cenários pós-conflito, e a mais imperativa e que apresenta ainda maior urgência em seu aprimoramento: a deficiência dos sistemas de responsabilização, entre eles punição, investigação e julgamento de perpetradores. As duas primeiras falhas possuem correlação incontestável e até mesmo efeito de causa e consequência. Quando se examina que EAS são uma infortuna consequência de conflitos e as causas pelas quais eles ocorrem, torna-se então possível compreender o porquê o volume de denúncias não seria correspondente com o número de ocorrências e o motivo pelo qual estas não tendem a ser observadas com frequência. Para entender como um seria uma consequência do outro e como apresentam correlação entre si, necessita-se primeiramente assimilar a razão pela qual EAS são uma consequência de cenários de conflito. Em uma sociedade fundamentalmente patriarcal na qual masculinidades denotam maior valor do que feminilidades - especialmente em cenários militares, nos quais regem noções e demonstrações de masculinidade e virilidade - muitas vezes atos como estupros, abuso e exploração sexuais são utilizados como armas de guerra para ferir seus oponentes, intitulado-os como “incapazes de proteger ‘suas’ mulheres”. Como mulheres, seus corpos e sexualidade, pertencem não a si, mas à honra e moral das comunidades, a violação de mulheres, mais especificamente seus corpos, traduz-se em um ato de ataque à comunidade da qual tal mulher assediada ou violentada pertence. Dessa forma, compreende-se como a exploração e abuso sexuais de mulheres são uma consequência lastimável de conflitos, visto que estas práticas criminosas são utilizadas como arma de guerra para atingir ou afetar a integridade e honra de partes num conflito. Não só o emprego de EAS como armas de guerra são observados quando da eclosão de um confronto, mas também sua utilização como meio de arrecadação de investimentos monetários para o abastecimento de suprimentos de guerra. Muitas vezes antes da eclosão de um conflito se faz necessário o arrecadamento de suprimentos para se empreender uma guerra, como armamentos, equipamentos, veículos, soldados, entre outros. Uma das formas que milícias ou grupos que pretendem insurgir-se contra o governo em voga se utilizam para a arrecadação de fundos necessários para a obtenção destes suprimentos de guerra seria justamente a prostituição de mulheres no que são chamadas de economias paralelas ou “*shadow economies*”. Nestas economias ocorrem a prostituição de pessoas, seu tráfico, produção de pornografia e até propagação da pedofilia. Todos estes são mercados lucrativos que rendem muito dinheiro para tais grupos ou milícias, propiciando-os com os meios de aquisição de seus suprimentos de guerra (GRADY, 2010).

Tendo-se demonstrado como a propagação de EAS são consequência da eclosão ou intenção de se iniciar conflitos, resta depreender o porquê denúncias de EAS cometidos por

soldados de paz têm menor probabilidade de serem observadas. Uma vez inseridas em uma sociedade e cenário no qual EAS são continuamente exercidos e utilizados, as vítimas desses crimes não o entendem mais como abuso ou não veem motivo para denunciar sua ocorrência - visto que se acostumaram a prática - pois tal fato já se verifica endêmico e profundamente enraizado na sociedade. Não obstante a exploração e abusos sexuais tendo se tornado um problema endêmico e visceral nas comunidades em conflito e/ou pós-conflito, estas não são somente as únicas razões pelas quais vítimas de EAS não delatam abusos sofridos. O estigma e mancha que acompanham estes abusos também são um dos motivos pelos quais pessoas que sofreram tais violações sentem-se indispostas a denunciar a prática. Outro ponto de extrema relevância quando se analisa tal questão seria devido a incidência da utilização da prostituição como forma de sobrevivência. Muitas vezes em situações de guerra, mulheres fariam uso de sua prostituição em troca de dinheiro, proteção ou mesmo alimentos (GRADY, 2010; KOVATCH, 2013). Em tempos de conflito, a instabilidade se instaura na região e com isso a segurança e sobrevivência de pessoas é posta em risco. Em um ambiente volátil, na qual a economia e demais aspectos de um governo se encontram balançados, conseguir prover os meios necessários para sua sobrevivência se torna uma tarefa deveras árdua. Tal tarefa em verdade é duplamente mais difícil para mulheres, que em cenários pacíficos e estáveis não têm acesso às mesmas oportunidades e trabalho que homens teriam. Dessa forma, muitas recorrem à prostituição de seus corpos para poderem sobreviver durante períodos de instabilidade. Tal fato em contrapartida contribui para a não intenção de vítimas em reportar casos de EAS.

Como Grady (2010) demonstra em seu artigo, cenários de guerra e o despacho de soldados para estabilização de regiões propiciam aumento da demanda do mercado sexual. Corroborando esta análise, Smith (2017) aponta que houveram relatos de soldados de paz frequentando bordéis locais e até mesmo de veículos institucionais estacionados nesses locais durante a Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste, UNMIT. Com o aumento da demanda por sexo em economias de guerra, muitas mulheres são levadas e até mesmo recrutadas a fazer parte dessa economia, seja por vontade própria advinda da necessidade de sobrevivência, seja pela coerção. Desse modo, depreende-se o porquê vítimas de EAS tendem a não denunciar casos de abuso e como tal problemática é extremamente delicada, uma vez que tem raízes muito mais profundas do que somente a falta de mecanismos para realizar denúncias ou conhecimento de como se realizá-las (GRADY, 2010).

Quando se analisa as medidas tomadas pela ONU para mitigar os problemas de EAS, principalmente no que tange ao incentivo a denúncias e não engajamento em relações sexuais com os locais, nota-se que avanços foram feitos. A partir do boletim do Secretariado geral de

2003, das normas e condutas para funcionários das Nações Unidas e dos relatórios anuais sobre medidas especiais para a proteção contra exploração e abuso sexuais, percebe-se os mecanismos criados para sanar tal problema. Por meio destes documentos, a organização reiterou sua proibição de EAS e engajamento de natureza sexual de seu pessoal com a população local; empreendeu esforços para divulgar e formular mecanismos de incentivo à denúncia; ensinou a maior participação de mulheres em missões e aumentou seus percentuais de mulheres em seus contingentes; clareou os conhecimentos de seu pessoal sobre as normas de conduta durante missões, dentre outros (TEN RULES, s.d; UN. General Assembly, A/70/729, 2016; UN. Secretary-General's Bulletin, ST/SGB/2003/13; UN. Security Council, S/RES/1325, 2000). No entanto, mesmo que tais medidas tenham iluminado o problema, as regras e maneiras de se lidar e ter conhecimento do que constitui atos de EAS, ainda não se foi possível quebrar com o estigma e mancha que EAS conferem a suas vítimas, com a economia de guerra que incentiva esta prática e com o engajamento de seu pessoal com mulheres e crianças locais, fato corroborado pela contínua observância de tais problemas.

Havendo dissertado sobre as falhas em medidas formuladas para solucionar os problemas de denúncia e existência de EAS durante conflitos, deve-se voltar o olhar para a ineficácia dos mecanismos criados para a implementação de responsabilização, entre eles a punição, investigação e julgamento de perpetrantes. Como bem sabido, as Nações Unidas não detêm poder de punir ou julgar soldados de paz. Essa prerrogativa cabe somente aos países contribuintes de tropas (*troop contributing countries*), os chamados TCCs. Devido a acordos bilaterais e imunidades que estes contingentes detêm, a organização e os países anfitriões que recebem missões de paz não tem direitos de julgar e/ou punir criminalmente atos cometidos durante o exercício de uma missão humanitária. Somente aos países contribuintes de tropas cabe o direito à renúncia de tais imunidades, o que raramente é observado por questões políticas e nacionais. Essa falta de poder punitivo dessas partes faz com que tal responsabilidade criminalizante recaia sobre os países contribuintes (TCC) o que em sua vasta maioria dificulta e muito a punibilidade de perpetradores de EAS, se tal encargo é de fato empreendido (FREEDMAN, 2018). Pela incumbência em se responsabilizar perpetradores sendo em suma dos TCCs, a condenação e reconhecimento de culpa destes soldados por seus atos danosos cometidos não se observa com a mesma frequência que a própria ocorrência de EAS - quando estes são denunciados - fazendo com que a impunibilidade desses casos seja a regra e não a exceção (MURPHY, 2006; KANETAKE, 2010). A visualizada relutância ou inação em julgar os contingentes militares pelos TCCs muitas vezes advém do estigma e mancha que atos como estes teriam sobre a imagem do país, ademais, a coleta de provas que comprovem as alegações

feitas são muitas vezes difíceis de ser recolhidas seja pela não cooperação da vítima com a investigação, seja pelo curto prazo de mandatos que ocasionam a perda de documentos produzidos quando investigadores prévios das Nações Unidas retornam para seus países e até mesmo pela falta de autoridade legal dos países contribuintes (TCC) para processar crimes cometidos extraterritorialmente. A inexistência de instâncias legais para processar transgressões, tanto pelos países anfitriões quanto pelos países contribuintes de tropas, representa grande risco para a responsabilização de perpetradores, principalmente em termos punitivos. Neste sentido as medidas efetuadas pela organização pouco acrescentaram para a solução deste problema (SMITH, 2017; FREEDMAN, 2018).

Diversos relatórios, entre eles o Zeid de 2005, e textos acadêmicos suscitaram a criação de tribunais híbridos para julgar os perpetradores de exploração e abuso sexuais, ademais quaisquer outras transgressões cometidas pelo contingente pessoal durante missões de paz. Estes tribunais funcionariam como os estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial e durante a guerra entre a Bósnia-Herzegovina e Sérvia, mas com diferenças no que tange às suas diretrizes legais, sendo tribunais híbridos e não internacionais. Diferentemente do Tribunal de Nuremberg e do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, os tribunais híbridos que seriam instalados durante as missões ficariam encarregados de julgar crimes de conduta de seus contingentes pessoais, assim como de civis ou milícias que perpetrassem violações dos direitos humanos e das condutas e diretrizes das Nações Unidas, não sendo dessa forma, tribunais internacionais, posto que estes não possuem diretrizes para julgar crimes como os de EAS, mas sim híbridos a fim de serem dotados das capacidades necessárias para julgar crimes cometidos durante missões de paz, entre eles o de EAS (MURPHY, 2006; KANETAKE, 2010; SMITH, 2017; FREEDMAN, 2018). Porém, embora tal recomendação tenha sido feita em demasia, a organização internacional não demonstrou esforços para conceber tais tribunais - utilizando-se deles como um meio para punir transgressões cometidas durante missões - mas sim incumbindo os países contribuintes de tropas (TCCs) esta prerrogativa.

Em se tratando dos meios de investigação de alegações de EAS, parte intrínseca à responsabilização de transgressores, torna-se clara a deficiência destes mecanismos, mesmo a organização tendo empreendido esforços para mudar as falhas de seu sistema. Como disposto previamente, um dos déficits das investigações pelos departamentos e pessoal da ONU é justamente a troca constante de mandatos, que normalmente duram de 6 a 12 meses, resultando na perda de documentos já compilados e eventual necessidade de nova compilação pelo novo contingente que não estará a par dos desdobramentos das alegações, posto que quando da troca de mandatos estes documentos produzidos são levados consigo pelo contingente pessoal para

seus países. Além da falha em se ter um sistema suficiente de armazenamento e gerenciamento de provas e alegações, muitas vezes o pessoal encarregado de investigar tais alegações não possui capacidades técnicas e, principalmente, legais sobre quais seriam os procedimentos necessários para a produção de provas essenciais para fundamentação ou descarte de alegações feitas. Relatórios produzidos para ou pela instituição, fomentam o despacho de pessoal qualificado para lidar com investigações de EAS e demais alegações de má conduta pelos contingentes da ONU, assim como textos da academia propõe tal empreendimento (SMITH, 2017; FREEDMAN, 2018). Outro ponto analisado que contribui para a deficiência dos mecanismos de investigação seria a repatriação de transgressores instituída pela resolução 2272. Embora tal medida seja positiva por remover pessoal perigoso e que demonstra má conduta - resguardando futuras possíveis vítimas e as já existentes - esta política constitui um impasse para as investigações, visto que quando da repatriação destes contingentes a apuração dos fatos se torna muito mais árdua, uma vez que não mais se tem acesso aos perpetradores e, por conseguinte, seus testemunhos e inquirição de álibis, por exemplo (SMITH, 2017).

Atualmente os dados sobre alegações e investigações dessas más condutas de pessoal despachado em missões estão disponíveis no site da instituição sobre conduta durante missões da ONU. Nele pode-se observar a quantidade de investigações pendentes por ano, missão e entidade investigadora. Nota-se que em sua maioria as investigações são realizadas pelo Escritório de Serviços de Supervisão Interna da ONU (OIOS, sigla em inglês), departamento responsável pela auditoria, monitoramento, investigação e inspeção dos serviços providos pela instituição, como missões de paz e programas; pelos países contribuintes de tropas (TCCs) e pelas investigações das próprias missões. Os dados apresentados demonstram que um grande número de alegações foi tido como possuidoras de mérito, 63 por TCCs, 77 pelo OIOS e 59 pelas investigações encabeçadas pelas próprias missões - sendo que 68 alegações que apresentam mérito ocorreram na MONUSCO - assim como de alegações ainda pendentes de investigação (CONDUCT IN FIELD MISSIONS. Investigations, s.d).

Uma vez tratando sobre responsabilidade, nada mais natural do que se abordar sobre medidas para aumentar a conscientização dos soldados de paz despachados em missões e de condutas que devem obedecer. Este problema apresentava grande empecilho para a mitigação de EAS por contingentes militares, questão tal que foi discutida em profundidade pela academia. No que tange a este ponto específico a organização teve o maior avanço em relação ao restante dos empecilhos para a solução da problemática de EAS. No relatório sobre medidas especiais para proteção contra exploração e abusos sexuais de 2018, divulgou-se uma pesquisa de sistema feita em agosto de 2017 pelo Gabinete do Coordenador Especial (*Office of the*

Special Coordinator) na qual se avaliava os conhecimentos do código de conduta da organização pelo seu pessoal despachado. Os resultados dessa pesquisa apontaram que grande parte do pessoal tinha conhecimento das regras e responsabilidades de reportar crimes cometidos pelo contingente da ONU. Entretanto, tal pesquisa também indicou em seus resultados a necessidade de melhorias na efetividade dos sistemas de denúncia de alegações juntamente com maior supervisão dos chefes ou pessoal encarregado daqueles sob seu comando e divulgação aos funcionários sobre como relatar infrações (UN. General Assembly, A/72/751, 2018). Estas descobertas elucidam como a organização fez avanços em certas áreas, mas também demonstram que ainda existem pontos que necessitam aprimoramento e que mesmo com um maior conhecimento geral de seus contingentes sobre as regras de conduta durante missões de paz ainda existem aqueles que mesmo estando a par das normas decidem infringi-las ou simplesmente as desconsideram, talvez por terem conhecimento das falhas endêmicas do sistema em se punir perpetradores (KOVATCH, 2016; FREEDMAN, 2018).

5 RAZÕES PELAS QUAIS A ONU AINDA NÃO CONSEGUIU SANAR O PROBLEMA DE EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAIS DE MULHERES POR SOLDADOS DE PAZ DURANTE SUAS MISSÕES: uma revisão sistemática

Como se pôde observar anteriormente, os motivos tanto para a ocorrência da problemática, quanto para a deficiência das medidas implementadas pelas nações Unidas para solucioná-la, iluminam e ilustram o porquê de a organização ainda não ter sido capaz de sanar o problema de EAS cometidos por soldados de paz enviados em missões humanitárias. A defasagem dos meios de responsabilização e punição de perpetradores, como visto, talvez forneça o maior aval entre as demais falhas dos mecanismos de mitigação de EAS para pensamentos - entre comunidades locais e os próprios soldados de paz - que afirmam que contingentes pessoais da ONU podem cometer esses crimes sem temor de serem repreendidos (KENT, 2005; KOVATCH, 2016; FREEDMAN, 2018). Em virtude do deslumbramento das análises anteriormente feitas, torna-se mais claro como a incapacidade das medidas paliativas encabeçadas pelas Nações Unidas integram, entre outras, as razões pelas quais não se conseguiu solucionar a incidências de casos de EAS cometidos por soldados de paz.

Como dito previamente, os motivos para a verificação de exploração e abuso sexual de mulheres também corroboram as razões pelas quais a problemática ainda não viu seu fim. Quando se observa que gênero é uma criação social, cultural e que difere de sexo, algo biológico da natureza, percebe-se como indivíduos aprendem e desempenham certos papéis de gênero

que não são pré-determinados ou necessariamente vinculados ao sexo biológico de cada pessoa (GOLDSTEIN, 2003, p. 2). Como qualidades biológicas são generificadas, a sociedade molda, para seus próprios propósitos aceitáveis, as capacidades e potencialidades naturais humanas a partir do reforço de algumas e supressão de outras, recompensando e punindo sistematicamente, doutrinando a juventude, criando modelos a serem imitados e honrando aqueles que apresentam bom desempenho dos modelos aceitáveis criados. É a cultura - que cria os papéis que cada gênero deve desempenhar e a própria noção de gênero em si - que molda homens em guerreiros, atribuindo à masculinidade e ao tornar-se homem, “*manhood*”, as qualidades que criam bons guerreiros. Historicamente, diversas culturas elaboram e reproduzem rituais de passagem para indivíduos masculinos, que deixam de ser garotos (crianças) e passam a ser homens. Nestes rituais, as normas culturais demandam homens a suportar traumas e dominar o medo a fim de alcançar o status de homem (“*manhood*”). Rejeita-se a feminilidade e sexualidade para se atingir a verdadeira masculinidade (“*manhood*”). Com isso, culturas tratam a masculinidade como algo a ser criado pela vontade coletiva e individual que vai contra a força do instinto natural, o que de certa forma vem a ser contraditório, uma vez que os aspectos da masculinidade que formam “verdadeiros homens” são os menos reais biologicamente ou que menos correspondem aos reais aspectos biológicos de pessoas do sexo masculino. Desse modo, esses traços de masculinidade mais observados entre culturas e épocas não são arbitrários, mas sim moldados pelo sistema da guerra. Visto que culturas do mundo todo, com poucas exceções, constroem estes “homens fortes” com capacidade de desligar suas emoções a fim de suportar dores extremas, o tornar-se homem (“*manhood*”) - conquistado através dos rituais de passagem - é um status artificial que deve ser alcançado individualmente e que tipicamente é criado em torno da necessidade das culturas por soldados corajosos e disciplinados (GOLDSTEIN, 2003, p. 252-283).

Em se tratando da hiper masculinização de homens, o exército desempenha um dos maiores papéis na construção de rituais tradicionais que tornam o indivíduo em um “homem” (“*manhood-making*”). Nele, acampamentos e academias militares forçam jovens a suportar testes físicos e psicológicos de resistência. Os vocabulários e métodos utilizados por sargentos para se treinar soldados derivam inteiramente do arsenal de ideias patriarcais para se transformar recrutas em soldados, fato que fez com que acadêmicos reconhecessem o quão inerente a misoginia se encontra nos discursos militares. Tudo o que possa ser associado com fraqueza é considerado efeminado e, dessa forma, enfatiza-se que o cerne do treinamento militar seria igualar agressão à masculinidade. Com isso, homens aprendem a negar tudo que seja feminino ou frágil em si mesmos, devendo exibir traços de coragem física, resistência, honra,

força, habilidade, assim como altruísmo, vigor sexual, generosidade, ambição, energia e extroversão. No entanto, a par de força física, esta lista de traços que um homem, um guerreiro deveria apresentar é surpreendentemente desconexa das diferenças biológicas entre os gêneros. A masculinidade (“manliness”) ou se ser “homem” denota coragem, força, dureza, controle sobre paixões e não à toa as narrativas clássicas de filmes de guerra são denominadas os textos mais ricos de “masculinidade” (GOLDSTEIN, 2003, p. 265-279).

Em um ambiente historicamente e majoritariamente masculino até os dias de hoje, soldados demonstram uma preocupação quase universal com o ato sexual, uma obsessão entre essa comunidade de homens privados de meios emocionais e sociais habituais (GOLDSTEIN, 2003, p. 333-365). Numa esfera na qual pessoas estão menos preocupadas com o futuro em longo prazo, a promiscuidade se eleva. Destarte, vários comandantes frequentemente encorajaram a prostituição, ou mesmo a organizaram, para servir aos soldados como forma de abastecer a moral destes. Comandantes agitavam suas tropas antes de irem a batalhas, mostrando-lhes pornografia ou algum tipo de entretenimento obsceno. Desse modo, compreende-se como a fusão entre sexualidade e agressividade/violência seria um forte elemento das noções populares sobre masculinidade. Tendo-se estes argumentos em mente, não se é estranho que abusos, exploração e até estupros sejam perpetrados e guardados em segredo ou silenciados, uma vez que são cometidos dentro de um sistema de camaradagem militar no qual se estimula a prostituição e virilidade/ vigor sexual. Entretanto, a misoginia, ao invés de excitação sexual, aparenta ser a variável chave da agressão sexual. O estupro é um crime de dominação, e guerras são intrinsecamente ligadas a ideias e atos de dominação. Quando uma pessoa comete um estupro, o que está no centro deste ato não é sua sexualidade, mas sim o ato violento em si. Com isso, estupros não são movidos pelo desejo sexual, uma vez que sua ocorrência não tem nenhuma correlação com a disponibilidade ou presença de mulheres ou prostitutas. Em tempos de guerra, um soldado comete o estupro pois o conflito acordou seu lado agressivo que por sua vez é direcionado àqueles que desempenham um papel subordinado no mundo da guerra. Cometer-se tal ato prova a masculinidade e força dos soldados a seus companheiros de sua “família” militar (GOLDSTEIN, 2003, p. 333-365).

Como mulheres e seus corpos pertencem à comunidade e são tidas como propriedades que devem ser protegidas, estupros cometidos durante conflitos - como mencionados anteriormente - são uma violação dos estimados direitos de propriedade dos homens e ao mesmo tempo uma extensão da misoginia cotidiana. A transgressão sexual de mulheres “pertencentes” ao inimigo é uma das grandes satisfações da conquista, o que reflete a raiva submersa contra todas as mulheres “pertencentes” a outros homens. A defesa dessas mulheres,

propriedades da nação, muitas vezes estimula a defesa do próprio país, sendo à nação usualmente atribuída o gênero feminino e o Estado masculino. Como sendo um instrumento de controle territorial e dominação, a violação de mulheres frequentemente não é reportada devido ao estigma, mancha e repercussão que acompanham as vítimas em sociedades tradicionais. Acaso o real e simbólico ato do estupro denominam dominação, então a misoginia, por sua vez, atua como um importante motor da agressão masculina durante conflitos, comportando-se como o próprio leite materno do militarismo. A misoginia está tão enraizada e engendrada no militarismo que até a homossexualidade, considerada efeminada, verifica-se como sendo o oposto da masculinidade e do espírito guerreiro, representado a visão culturalmente imbricada de que tal simboliza a feminização dos homens (GOLDSTEIN, 2003, p. 366-371).

A partir dessas análises, compreende-se que aspectos, características e atitudes consideradas femininas são tão subjugadas e inferiorizadas na sociedade que homens que apresentem tais aspectos são menosprezados e rebaixados dentro das sociedades (CONNELL, 1995, p. 76-79; BUTLER, 1999, p. 3-20). Desse modo, depreende-se de toda a análise feita que o problema de EAS durante missões de paz tem raízes tanto na masculinidade militarizada quanto no patriarcalismo/ misoginia (BEARDSLEY; KARIM, 2016, p. 103). A fim de se tentar mitigar a problemática em voga, muito acadêmicos argumentam que um aumento de mulheres no contingente pessoal das missões de paz seria benéfico e auxiliaria na prevenção de EAS, visto que com uma maior quantidade de mulheres existirá um número menor de homens - o que diminuiria a lista de possíveis perpetradores - e que com uma maior presença de mulheres, homens se sentiriam mais coibidos a cometer EAS e mais casos seriam reportados, pois mulheres tenderiam a reportar tais crimes, além do que sua presença diminuiria ou balancearia o ambiente hiper masculinizado das missões (BEARDSLEY; KARIM, 2016, p. 104; REBELO, 2013, p. 828). No entanto, tal argumentação peca ao não notar a possibilidade que mulheres têm de elas próprias serem perpetradoras de EAS. Os acontecimentos na prisão de Abu Ghraib demonstram justamente essa prerrogativa e a capacidade de mulheres cometerem os mesmos atos de abuso e exploração sexual de pessoas que homens cometeriam (SJOBERG, 2007). Contrariando-se estereótipos de gênero enraizados, algumas mulheres apresentam comportamentos de brutalidade que normalmente são atribuídos a homens e características masculinas (REBELO, 2013). Do mesmo modo, mulheres não seriam mais inclinadas a denunciar e reportar abusos, haja vista que a lealdade para com seus companheiros militares e para com sua nação se sobrepõe à lealdade para com mulheres locais, e que mulheres sofrem alta pressão neste ambiente, tendo de superar preconceitos e estereótipos de gênero a fim de demonstrar que fazem parte desta camaradagem e “família” militar (BEARDSLEY; KARIM,

2016; REBELO, 2013). Outro fato que esta análise de incremento do contingente pessoal de mulheres falha em se levar em conta seria o fato de que mulheres muitas vezes são excluídas de certas áreas de ação e patentes do exército (CARREIRAS, 2010; REBELO, 2013).

Como uma instituição altamente generificada e majoritariamente composta por homens, a reprodução de papéis de gênero dentro do setor militar ainda é bastante observada. Mulheres normalmente não são visualizadas em funções e áreas relacionadas ao combate, além do que os campos que proporcionam maiores possibilidades de avanço na carreira militar, prestígio e condecorações são dominados por homens. Durante séculos o exército foi fonte de reprodução de estereótipos de gênero, propagando o imaginário do conceito de masculinidade, sendo uma instituição produtora, definidora e consentidora destes estereótipos. Com isso, uma maior representação de mulheres não iria ter grande impacto na mitigação de EAS, haja vista as sérias restrições que são a elas impostas e o próprio ambiente e estereótipos que a instituição produz (REBELO, 2013). Ironicamente, o argumento de maior representação parte de pressupostos extremamente generificados do papel da mulher, uma vez que a participação feminina seria necessária devido à natureza pacífica, conciliadora, cuidadora e maternal das mulheres que seria ímpar para se negociar a paz em conflitos, ter uma abordagem mais diplomática em combates, entre outras justificativas que são amplamente generificadas e que emanam de conceitos estereotipados do papel e características da mulher dentro das sociedades, justificativas estas que foram e continuam sendo utilizadas como argumentos para sua exclusão (CARREIRAS, 2010). Como bem argumenta Beardsley e Karim (2016), tais medidas colocam sob as mulheres, as grandes vítimas de EAS, a responsabilidade de se combater transgressões, devendo elas coibir homens e reportar alegações, tornando-as as grandes encarregadas de mitigar estes crimes e não as devidas instâncias que na realidade são responsáveis por isso.

Outra medida argumentada para a mitigação do problema de EAS seria o uso e escolha de contingentes militares de países que apresentem níveis societários mais altos de igualdade de gênero (BEARDSLEY; KARIM, 2016). Visto que valores de igualdade de gênero podem ser aprendidos e adotados como parte de uma cultura, Beardsley e Karim (2016) apontam que quanto maiores forem os valores de igualdade de gênero em um país, menores seriam as chances de pessoas advindas destes países perpetrarem EAS, dado que tais pessoas teriam mais consciência de que mulheres e seus corpos não podem nem devem ser utilizados para satisfazer os papéis criados pela sociedade, desbancando estereótipos e culturas machistas/ patriarcalistas. Eles argumentam em sua análise que dividendos positivos podem ser observados quando soldados provenientes de países mais igualitários em termos de direitos e valores de gênero

atuam nas missões de paz, assim como de treinamentos sobre igualdade de gênero e exploração e abuso sexual. No entanto, mesmo que a igualdade de gênero entre homens e mulheres dentro do setor militar e demais setores sociais seja importante e atue no combate à misoginia e machismo presentes na sociedade, somente o fato de uma sociedade apresentar maiores níveis de igualdade de gênero não garante que homens sejam menos propensos a cometer EAS, haja vista que muitos soldados trazem consigo as socializações militares aprendidas para sua atuação durante missões de paz. Outro ponto que destaca a defasagem deste argumento também pode ser percebido quando da análise de países que exibem altos níveis nacionais no que tange à igualdade de gênero e, mesmo assim, apresentam graves problemas de perpetração de estupro e exploração sexuais por parte de seus exércitos, como no caso dos Estados Unidos. O Canadá, por exemplo, mesmo sendo um país que possui alto nível de igualdade de gênero, ainda se averigua a propagação de rituais de degradação sexual entre suas unidades militares, a citar a “*Canadian Airborne*”. Com isso, depreende-se que embora uma nação apresente uma sociedade mais igualitária em termos de gênero e demais aspectos derivados, isto não necessariamente traduz em uma estrutura militar que não produzirá estereótipos de gênero e a hiper masculinização de seus soldados (MONCRIEF, 2017). Como Ellerby (2017) argumenta, a própria ideia e conceito de ‘igualdade de gênero’ na realidade é muitas vezes traduzido como políticas de adição de mulheres em meios masculinos e dominados por homens sem desafiar as estruturas dominantes e subordinantes que existem nas quais a masculinização e masculinidade são dominadoras e feminilidades e feminização são subjugadas. Não há dúvidas que as políticas de igualdade de gênero trouxeram melhorias para mulheres em termos de emancipação e de direitos, no entanto, mesmo com todas essas políticas de inclusão de mulheres a sua subjugação e discriminação dentro da sociedade ainda é observada, com mulheres ainda ganhando menos que homens pela execução de trabalhos equivalentes, com a violência contra a mulher ainda sendo um problema endêmico e amplamente visualizado. Considerando-se isto, deve-se perguntar se estas políticas de inclusão de mulheres que serviriam aparentemente para se verificar uma maior igualdade de gênero realmente promovem tal fato ou simplesmente adicionam mulheres à equação, sem de fato alterar o modelo que torna masculinidades exaltadas e dominantes e feminilidades subordinadas e excludentes. Ao se analisar se uma sociedade é mais igualitária em termos de gênero, somente a presença de mulheres em certos cargos ou sua maior inserção seriam suficientes para qualificar esta sociedade como apresentando bons níveis de igualdade de gênero? Acaso a resposta seja afirmativa, denota-se a problemática que Ellerby (2017) ilumina é deveras importante, visto que esta ‘igualdade de gênero’ adotada nas sociedades não pretende desafiar a estrutura global patriarcalista para com

isso ser possível uma real igualdade entre homens e mulheres. Se somente a presença de mulheres se torna a média necessária para se averiguar uma ‘igualdade de gênero’, então a escolha de maiores contingentes militares de nações com estes melhores níveis na realidade não expressa ou traduz ideias culturais de que mulheres e homens são iguais e, portanto, tem direito a oportunidades e direitos iguais, uma vez que estas estruturas societárias não foram mudadas ou desafiadas, somente se acrescentando mulheres ao modelo em voga (ELLERBY, 2017). Dessa forma, compreende-se que para que o problema de EAS seja de fato solucionado e findado, a estrutura global patriarcal e misógina deve ser modificada, dado que somente quando estes conceitos e definições de subjugação e dominação de masculinidades sobre feminilidades forem quebradas que se poderá observar uma verdadeira igualdade entre mulheres e homens, em que pensamentos que dizem que a sociedade tem direitos sobre os corpos de mulheres ou que estas estão a serviço de suas culturas e sociedades ou que tolerem ou deem aval para ideias de que homens podem violar mulheres não mais existirão ou serão tolerados.

Com isso, faz-se imperativa a efetiva punição de perpetradores e criação de mecanismos que de fato desafiarão e quebrarão com a atual estrutura misógina que produz, consente e define características e papéis de gênero, uma vez que somente quando estratégias transparentes e de responsabilização forem postas em prática para se prevenir EAS e proteger a população local, a ONU passará a mensagem de tolerância zero deste comportamento (KENT, 2009).

6 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração toda a análise e argumentação empreendida, constata-se o quão delicada e endêmica a questão da exploração e abuso sexual de mulheres se apresenta (ELLERBY, 2017). Tal problemática se evidencia profundamente enraizada na sociedade e culturas em todo o mundo, visto que a subjugação da mulher para com o homem é a grande causa do problema analisado. Percebe-se como a mulher é utilizada como forma de se atacar ou atingir seu inimigo, que sua violação é um ato de guerra e pressupõe a dominação de um grupo sob o outro. Denota-se como a hiper masculinização é ativamente produzida, repetida e retratada no âmbito militar a partir de rituais de passagem de jovens garotos para sua vida adulta (“*manhood*”), tornando-se “verdadeiros homens”, assim como o pertencimento ou experiências militares, seja em acampamentos ou academias, farão com que um “garoto” se transforme em um “homem” legítimo (GOLDSTEIN, 2003).

No decorrer deste artigo, depreende-se o papel que a missão de paz MONUC/MONUSCO desempenhou para tornar o problema de EAS cometidos por soldados de paz difundindo-o internacionalmente, com diversos veículos midiáticos retratando as transgressões praticadas e importância da temática, assim como quais medidas foram empreendidas pelas Nações Unidas para se lidar com tal problemática. Do mesmo modo, evidenciou-se como tais medidas foram incapazes de devidamente tratar e enfrentar o problema de EAS perpetrados por soldados de paz e os obstáculos que a organização possui, visto que a ela não cabe julgar nem punir estes soldados, pois não possui jurisdição sobre eles. Não obstante a tais obstáculos, a instituição ainda deve ser responsabilizada e procurar maneiras de garantir a justiça para com as vítimas destes crimes, bem como a punição de transgressores, haja vista a detenção por parte da organização dos meios necessários para tal e a visualização de métodos híbridos previamente impostos ao longo da história para se punir transgressões que vão contra os direitos humanos. Por fim, compreendeu-se as razões pelas quais a ONU ainda não foi capaz de mitigar o problema de EAS, uma vez que as medidas implementadas pela instituição apresentam falhas e que as reais causas para a ocorrência da problemática em voga são históricas e engendradas nas culturas e ideais das sociedades; respondendo-se, dessa forma, à pergunta suscitada e alcançando-se os objetivos propostos pelo artigo.

Assim, entende-se que somente com a quebra destes atuais papéis e ideologias misóginas, patriarcais e machistas que a exploração e abuso sexuais de mulheres poderá ver seu fim longo; que uma verdadeira igualdade de gênero deve ser implementada e promovida, não somente sua inserção, reconhecendo-se de todo modo o valor e as barreiras que foram levantadas a partir da maior inclusão e luta feminina por direitos iguais. No entanto, da mesma forma, apreende-se que a punição de transgressores se faz imperativa, tendo-se em vista a transmissão da mensagem de não tolerância e repreensão quando da perpetração de tais atos, o que vai de encontro e serve como sustento das medidas e ideais de igualdade de gênero e proteção dos direitos humanos.

Explicações do tipo “garotos serão garotos” não podem mais ser aceitas e empregues para justificar a ocorrência de EAS. Acaso a instituição realmente esteja empenhada em mitigar tal problema, deverá empreender diversas mudanças estruturais para se lidar com ele, a começar com a devida e factual responsabilização e punição de todos os perpetradores de EAS. Somente assim a instituição verdadeiramente porá em prática sua política de tolerância zero (KOVATCH, 2013).

REFERÊNCIAS

BALDO, Suliman; PHAM, Phuong; SHIGEKANE, Rachel; VINCK, Patrick. **Living with fear**: a population-based survey on attitudes about peace, justice, and social reconstruction in easter democratic republic of congo. 2008. Disponível em: www.peacebuildingdata.org/sites/m/pdf/DRCongo_2008_Living_With_Fear.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

BBC NEWS. **Annan admits UN DR Congo abuses**. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4027319.stm>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BBC NEWS. **UN soldiers arrested in DR Congo**. 13 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/4262743.stm>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BBC NEWS. **'Zero tolerance' for UN sex abuse**. 5 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6208774.stm>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BEARDSLEY, Kyle; KARIM, Sabrina. Explaining sexual exploitation and abuse in peacekeeping missions: the role of female peacekeepers and gender equality in contributing countries. **Journal of Peace Research**, v. 53, n. 1, p. 100-115, 2016.

BORGER, Julian. Abuse by UN troops still widespread, says report. **The Guardian**. 2005. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/oct/20/congo.unitednations>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BOWCOTT, Owen. Report reveals shame of UN peacekeepers. **The Guardian**. 2005. Disponível em: <https://www.google.co.uk/amp/s/amp.theguardian.com/world/2005/mar/25/unitednations>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**. New York and London: Routledge, 2002.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Gender**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/gender>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Sex**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/sex>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CARREIRAS, Helena. Gendered culture in peacekeeping operations. **International Peacekeeping**, v.17, n. 4, p. 471–485, 2010.

CODE BLUE. UN documents. **Key UN documents and resources**. s.d. Disponível em: <http://www.codebluecampaign.com/un-docs>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONDUCT IN FIELD MISSIONS. **Investigations**. Disponível em: <https://conduct.unmissions.org/sea-investigations>. Acesso em: 15 set. 2019.

CONDUCT IN FIELD MISSIONS. **Sexual exploitation and abuse**. Disponível em: <https://conduct.unmissions.org/table-of-allegations>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1995.

CROSSETTE, Barbara. Survey finds 'extensive' abuse of refugee children in Africa. **The New York Times**. 27 de fevereiro de 2002. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2002/02/27/world/survey-finds-extensive-abuses-of-refugee-children-in-africa.html?searchResultPosition=15&mtrref=www.nytimes.com&mtrref=www.nytimes.com>. Acesso em: 27 de abril de 2019.

EASTERN CONGO INITIATIVE. **ABOUT DRC. History of the conflict**. Disponível em: <http://www.easterncongo.org/about-drc/history-of-the-conflict>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ELLERBY, Kara. **No shortcut to change**: an unlikely path to a more gender equitable world. New York: NYU Press, 2017.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**: making feminist sense of international politics. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2014.

GOLDSTEIN, Joshua S. **War and gender**: how gender shapes the war system and vice versa. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GRADY, K. Sexual exploitation and abuse by UN peacekeepers: a threat to impartiality. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 2, p. 215-228, 2010.

HOFFMEISTER, Thaddeus. Policing those who police the peace. **The New York Times**. 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/12/31/opinion/policing-those-who-police-the-peace-2004123194184187572.html?searchResultPosition=2>. Acesso em: 28 abr. 2019.

HOGUE, Warren. Congo peacekeeper sex scandal: investigators said to be threatened. **The New York Times**. 17 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/12/17/world/africa/congo-peacekeeper-sex-scandal-investigators-said-to-be.html?mtrref=www.google.com&gwh=43D5781F6A4D0209DEF6B37120F4B78B&gwt=pay>. Acesso em: 26 abr. 2019.

HOGUE, Warren. World briefing Africa: Congo: Annan says peacekeepers abused woman and children. **The New York Times**. 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/11/20/world/world-briefing-africa-congo-annan-says-peacekeepers-abused-women-and.html>. Acesso em: 28 abr. 2019.

INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE. **Report of the task force on protection from sexual exploitation and abuse in humanitarian crises**, s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/emerg/files/IASCTFReport.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

KANETAKE, Machiko. Whose zero tolerance counts? Reassessing a zero tolerance policy against sexual exploitation and abuse by UN peacekeepers. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 2, p. 200-214, 2010.

KENT, Vanessa L. Peacekeepers as perpetrators of abuse. **African Security Review**, v. 14, n. 2, p. 85-92, 2005.

KOVATCH, Bonnie. Sexual exploitation and abuse in UN peacekeeping missions: a case study of MONUC and MONUSCO. **The Journal of the Middle East and Africa**, v. 7, n. 2, p. 157-174, 2016.

LACEY, Marc. In Congo war, even peacekeepers add to horror. **The New York Times**. 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/12/18/world/africa/in-congo-war-even-peacekeepers-add-to-horror.html>. Acesso em: 26 de abril de 2019.

LYNCH, Colum. U.N. Faces more accusations of sexual misconduct. **The Washington Post**. 13 de março de 2005. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/03/25/AR2005032508008.html>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MELO, Raquel. Direitos humanos e as operações de paz multidimensionais: um estudo de caso da MONUC. **Carta Internacional**, v. 5, n. 1, p. 78-96. 2010.

MONCRIEF, Stephen. Military socialization, disciplinary culture, and sexual violence in UN peacekeeping operations. **Journal of Peace Research**, v. 54, n. 5, p. 715-730, 2017.

MURPHY, Ray. An assessment of UN efforts to address sexual misconduct by peacekeeping personnel. **International Peacekeeping**, v. 13, n. 4, p. 531-546, 2006.

REBELO, Tamyá R. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 3, p. 817-837, 2013.

SJOBERG, Laura. Agency, militarized femininity and enemy others: observations from the war in Iraq. **International Feminist Journal of Politics**, v. 9, n. 1, p. 82-101, 2007.

SJOBERG, L., VIA, S. **Gender, War and Militarism: feminist perspectives**. Santa Barbara, Denver and Oxford: Praeger Security International, 2010.

SMITH, S. Accountability and sexual exploitation and abuse in peace operations. **Australian Journal of International Affairs**, v. 71, n. 1, p. 405-422, 2017.

TEN RULES. **Code of Personal Conduct for Blue Helmets**. s.d. Disponível em: https://conduct.unmissions.org/file/2366/download?token=D_f2_Nar. Acesso em: 10 set. 2019.

THE NEW YORK TIMES. **The worst U.N. scandal**. 24 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/10/24/opinion/the-worse-un-scandal.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.

THE WASHINGTON POST. **U.N. says scores of peacekeepers ousted for abuse**. 1º de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/11/30/AR2006113001388.html>. Acesso em: 27 abr. 2019.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Combating sexual exploitation and abuse, A/71/97**. 2016. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=a/71/97. Acesso em: 10 set. 2019.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse, A/70/729**. 2016. Disponível em: <https://undocs.org/A/70/729>. Acesso em: 06 set. 2019.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Special measures for protection from sexual exploitation and abuse, A/72/751**. 2018. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/514a0127e4b04d7440e8045d/t/5aa810758165f594c06c504d/1520963702847/N1804422.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Report of the Secretary-General's Special Advisor, Prince Zeid Ra'ad Zeid Al-Hussein Comprehensive Strategy to Eliminate Future Sexual Exploitation and Abuse in United Nations Peacekeeping Operations [A/59/710]**. 2005. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/59/710. Acesso em: 28 ago. 2019.

UNITED NATIONS. Secretariat. Secretary-General's Bulletin. **Special measures for protection from sexual exploitation and abuse, ST/SGB/2003/13**. 2003. Disponível em: <https://oios.un.org/resources/2015/01/ST-SGB-2003-13.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

UNITED NATIONS. Security Council. **Report of the Secretary-General on women and peace and security*, S/2015/716**. 2015. Disponível em: <https://undocs.org/S/2015/716>. Acesso em: 10 set. 2019.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 1325. **Adopted by the Security Council at its 4213th meeting, on 31 October 2000, S/RES/1325 (2000)**. 2000. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1325>. Acesso em: 06 set. 2019.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 2272. **Adopted by the Security Council at its 7643rd meeting, on 11 March 2016, S/RES/2272 (2016)**. 2016. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/2272\(2016\)](https://undocs.org/S/RES/2272(2016)). Acesso em: 28 ago. 2019.

UNITED NATIONS STABILIZATION MISSION IN THE DR CONGO. **MONUSCO Background**. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/en/background>. Acesso em: 27 abr. 2019.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism and international relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan Press, 1997.